



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GRUPO ESPÍRITO SANTO, AO PROCESSO QUE CONDUZIU À APLICAÇÃO DA MEDIDA DE RESOLUÇÃO E ÀS SUAS CONSEQUÊNCIAS, NOMEADAMENTE QUANTO AOS DESENVOLVIMENTOS E OPÇÕES RELATIVOS AO GES E AO NOVO BANCO

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho de Administração
do Novo Banco
Dr. Eduardo Stock da Cunha
Avenida da Liberdade, 195
1250-142 Lisboa

N/Ref. Ofício nº 46 /CPIBES

J. Presidente,

A Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao processo que conduziu à aplicação da medida de resolução e às suas consequências, nomeadamente quanto aos desenvolvimentos e opções relativos ao GES e ao Novo Banco, decidiu, por unanimidade, em reunião realizada a 18 de novembro de 2014, mandar o seu Presidente para comunicar a V. Exa, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração do Novo Banco, a deliberação, que se anexa, sobre o levantamento de segredo profissional invocado na v/ carta de 10 de novembro (CA 111/2014), assinada pelo Secretário-Geral do Conselho de Administração, Artur Gouveia e pelo Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração, José Eduardo Bettencourt.

Com os meus cumprimentos *o meu muito obrigado*

Palácio de São Bento, em 18 de novembro de 2014

O Presidente da Comissão,

(Fernando Negrão)

DELIBERAÇÃO

LEVANTAMENTO DE SEGREDO PROFISSIONAL INVOCADO PELO NOVO BANCO

1. Dos factos

1.1 A Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao processo que conduziu à aplicação da medida de resolução e às suas consequências, nomeadamente quanto ao desenvolvimento e opções relativos ao GES e ao Novo Banco, abreviadamente designada como CPIBES, constituída por Resolução da Assembleia da República n.º 83/2014, publicada no Diário da República, I série, n.º 189, de 1 de outubro de 2014, tem por objeto:

a) Apurar as práticas da anterior gestão do BES, o papel dos auditores externos, as relações entre o BES e o conjunto de entidades integrantes do universo GES, designadamente os métodos e veículos utilizados pelo BES para financiar essas entidades, bem como outros factos relevantes conducentes ao grave desequilíbrio financeiro do BES e à consequente aplicação a esta instituição de crédito de uma medida de resolução.

b) Avaliar o quadro legislativo e regulamentar, nacional e comunitário, aplicável ao setor financeiro e a sua adequação aos objetivos de prevenir, controlar, fiscalizar e combater práticas e procedimentos detetados no BES e no GES, bem como outras ações no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira.

c) Avaliar a ligação entre o estatuto patrimonial e o funcionamento do sistema financeiro e os problemas verificados no sistema financeiro nacional e respetivos impactos na economia e contas públicas.

d) Avaliar as condições e o modo de exercício das atribuições próprias das entidades públicas competentes nesta matéria, desde 2008, e, em especial, a atuação do Governo e dos supervisores financeiros, tendo em conta as específicas atribuições e competências de cada um dos intervenientes, no que respeita à defesa do interesse dos contribuintes, da estabilidade do sistema financeiro e dos interesses dos depositantes, demais credores e trabalhadores da instituição ou de outros interesses relevantes que tenham dever de salvaguardar.

e) Avaliar o processo e as condições de aplicação da medida de resolução pelo Banco de Portugal e suas consequências, incluindo o conhecimento preciso da afetação de ativos e riscos pelas duas entidades criadas na sequência das decisões anunciadas pelo Banco de Portugal no dia 3 de agosto de 2014.

f) Avaliar a intervenção do Fundo de Resolução e a eventual utilização, direta ou indireta, imediata ou a prazo, de dinheiros públicos.

1.2 Em 29 de outubro a CPIBES solicitou, por escrito, ao Novo Banco, através do ofício n.º 5/CPIBES, o envio de cópias de todas as atas do Conselho de Administração do Novo Banco, bem como documentação que revele informação sobre processos de alienação de participações sociais e outros ativos.

1.3 O Novo Banco respondeu ao pedido de documentos da CPIBES, a 10 de novembro, dizendo que *«em virtude do dever de sigilo bancário a que estamos obrigados, v.g. em decorrência do previsto no artigo 78.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a informação solicitada está coberta pelo dever legal de sigilo bancário, pelo que o Novo Banco vem deduzir escusa na prestação da mesma»*.

1.4 A questão da invocação do segredo profissional perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito já se colocou anteriormente, nomeadamente por parte do Banco de Portugal nas duas Comissões de Inquérito ao BPN, na X e já nesta XII Legislaturas. Na altura foi solicitado um parecer, sobre a questão, ao Professor Doutor Nuno Piçarra, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, por se tratar de um ilustre jurista especialista em matéria de regime jurídico dos inquéritos parlamentares. O parecer do Professor Nuno Piçarra é claramente no sentido de as Comissões Parlamentares de Inquérito disporem de autoridade própria para proceder à apreciação da legitimidade da invocação do segredo profissional que perante as mesmas seja feita e para proceder ao respetivo levantamento. E este é também o entendimento da CPIBES, como se passa a expor.

2. Do direito

2.1 O n.º 5 do artigo 178.º da Constituição da República Portuguesa dispõe que *«As comissões parlamentares de inquérito gozam de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais»* e, no n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, estabelece-se que *«As comissões parlamentares de inquérito gozam dos poderes de investigação das autoridades judiciais que a estas não estejam constitucionalmente reservados»*.

Resulta claro do n.º 5 do artigo 178.º da Constituição que apenas normas com força constitucional podem retirar às CPI poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, ou seja, os limites aos poderes de investigação das comissões de inquérito são os que decorrem diretamente da Constituição, não podendo o legislador ordinário introduzir-lhes outros limites.

Nesse sentido, de entre os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, apenas estão vedados às CPI os de ordenar a detenção de pessoas para assegurar a comparência em reunião da Comissão para que tenham sido convocadas ou em virtude de desobediência, revistas, buscas e apreensões domiciliárias e a ingerência na correspondência e outros meios de comunicação privada. Isso mesmo resulta das disposições conjugadas dos artigos 178.º, n.º 5, 27.º, n.º 3, alínea f) (detenção para assegurar comparência ou por desobediência), 34.º (inviolabilidade do domicílio e da correspondência), 202.º (reserva aos tribunais a administração da justiça) e 111.º, n.º 1 (separação e interdependência dos órgãos de soberania) da CRP.

Como tal, por força da própria Constituição, inclui-se nos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais cometidos às CPI o de decidir, por autoridade própria e para efeitos de produção de prova, sobre o levantamento do dever de segredo profissional.

2.2 O artigo 13.º, n.º 7, do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares estabelece que *«No decorrer do inquérito, a recusa de apresentação de documentos ou de prestação de depoimento só se terá por justificada nos termos da lei processual penal»*. É assim, aplicável ao caso, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 135.º do Código de Processo Penal.

O Novo Banco invoca o dever de segredo profissional previsto no artigo 78.º (dever de segredo) do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro. Ora, este dever de segredo consiste na obrigação, nomeadamente para os membros dos órgãos de administração ou de fiscalização das instituições de crédito, os seus empregados e mandatários, de não revelarem ou utilizarem *«informações sobre factos ou elementos respeitantes à vida da instituição ou às relações desta com os seus clientes, cujo conhecimento lhes advenha exclusivamente do exercício das suas funções ou da prestação dos seus serviços»*.

2.3 Contudo, todos os elementos solicitados são imprescindíveis para habilitar esta Comissão de Inquérito com informação tão detalhada quanto possível que lhe permita dar cumprimento à prossecução dos objetivos para que foi constituída. De facto, basta atentar no objeto da Comissão, designadamente no que se refere ao apuramento das práticas da anterior gestão do BES, ao papel dos auditores externos e às relações entre o BES e universo GES, que levaram à aplicação a esta instituição de crédito de uma medida de resolução (ponto 1 da Resolução), à avaliação da ligação entre o estatuto patrimonial e o funcionamento do sistema financeiro e os problemas verificados no sistema financeiro nacional e respetivos impactos na economia e contas públicas (ponto 3 da Resolução), e à avaliação do processo e condições de aplicação da medida de resolução pelo Banco de Portugal e suas consequências, incluindo o conhecimento preciso da afetação de ativos e riscos pelas duas entidades criadas na sequência das decisões anunciadas pelo Banco de Portugal no dia 3 de agosto de 2014 (ponto 5 da Resolução), para se concluir que o acesso a toda a documentação solicitada é indispensável à boa realização do inquérito e, como tal, à prossecução do interesse público prevalecente.

Na verdade, a impossibilidade de acesso aos elementos referidos impediria esta Comissão, e por consequência a Assembleia da República, de cumprir integralmente a sua função enquanto órgão de fiscalização política, bloqueando de forma incontornável os trabalhos da Comissão.

2.4 Considerando os interesses em presença, por um lado a manutenção do segredo profissional sobre a informação contida nas atas do Conselho de Administração do Novo Banco, bem como sobre a documentação relativa a processos de alienação de participações sociais e ativos, e, por outro lado, o contributo para a prossecução dos objetivos para que foi criada a presente CI, designadamente o de avaliar o processo e as condições de aplicação da medida de resolução pelo Banco de Portugal e suas consequências, incluindo o conhecimento preciso da afetação de ativos e riscos pelas duas criadas na sequência das decisões anunciadas pelo Banco de Portugal no dia 3 de agosto de 2014, não podem restar dúvidas de que o primeiro deve ceder face ao segundo, isto é de que o interesse público do cumprimento da função da Assembleia da

República enquanto órgão de fiscalização política deve prevalecer sobre a manutenção do segredo profissional.

3. Deliberação

Atendendo ao exposto e aos poderes constitucionais, legais e regimentais conferidos à Comissões Parlamentares de Inquérito, e tendo em conta o mandato que me foi conferido pela CPIBES, por unanimidade, em reunião realizada a 18 de novembro de 2014 na Assembleia da República, delibero, à luz do princípio da prevalência do interesse preponderante, proceder ao levantamento do segredo profissional invocado pelo Novo Banco relativamente aos elementos abaixo discriminados, os quais são imprescindíveis à prossecução do objeto da Comissão, nos termos dos pontos 1, 3 e 5 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2014, publicada no Diário da República, I série, n.º 189, de 1 de outubro de 2014.

Este levantamento do segredo profissional para transmissão dos elementos que a seguir se enunciam, não implica um quebra de confidencialidade dos mesmos, antes consistindo em tornar esse dever extensivo à Comissão e aos seus membros. Isso obriga à sua não revelação pública, salvaguardando, se for caso disso, o seu encaminhamento para as entidades judiciárias competentes, para efeitos de ação penal.

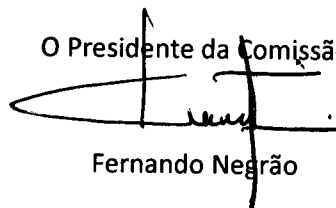
Nestes termos, deve o Novo Banco proceder ao envio a esta Comissão dos seguintes elementos:

- Cópias de todas as atas do Conselho de Administração do Novo Banco, bem como documentação que revele informação sobre processos de alienação de participações sociais e outros ativos.

O não cumprimento da presente deliberação constitui crime de desobediência qualificada, nos termos e para os feitos previstos no n.º 1 do artigo 19.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares e no Código Penal.

Palácio de S. Bento, 18 de novembro de 2014

O Presidente da Comissão,



Fernando Negrão